

A GLOBALIZAÇÃO COMO UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Lays Hesse Andrade Silva¹

Maicon da Silva Pinto de Oliveira²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender o processo de Globalização, a partir da leitura de Stiglitz (2002), Chesnais (1998) e Hobsbawm (1995), apontando algumas de suas consequências sociais e econômicas, como o aprofundamento das desigualdades entre países. Para tal, analisa-se três processos essenciais ocorridos no século XX, as Revoluções Cultural e Social no período da Era de Ouro do Capitalismo (1945-1973) e o Consenso de Washington, em 1989.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Social; Revolução Cultural; Consenso de Washington; Globalização.

ABSTRACT

This article aims to understand the process of Globalization, from the reading of Stiglitz (2002), Chesnais (1998) and Hobsbawm (1995), pointing out some of its social and economic consequences, such as the deepening of inequalities between countries. To this end, we analyze three essential processes that occurred in the 20th century, the Cultural and Social Revolutions during the Golden Age of Capitalism (1945-1973) and the Washington Consensus, in 1989.

KEY-WORDS: Social Revolution; Cultural Revolution; Washington Consensus; Globalization.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: layshesse@gmail.com

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: spomaicon@gmail.com

Os anos após 1970 marcam uma época de grandes instabilidades e crises. É o fim do que Hobsbawm (1995) chama de a Era de Ouro do capitalismo, um período de grandes prosperidades para o primeiro mundo, com elevadas taxas de crescimento econômico, pleno emprego e transformações no modo de vida da sociedade. Com o esgotamento dessa dinâmica, observa-se grandes desafios para o mundo, com diversos acontecimentos, não só nos países capitalistas desenvolvidos, mas também para aqueles que adotaram o sistema socialista.

No campo econômico, o autor mostra que não se tem mais um modelo voltado para o consumo de massa, mas, sim, um em que a produção passa a ser orientada pelo padrão *just in time*, ou seja, produzido na quantidade, hora e medida certa de acordo com a demanda. O crescimento econômico mundial estava desacelerando, mesmo nos países ricos, representados, especialmente, por Estados Unidos, países da Europa Ocidental e Japão, que apresentaram taxas positivas ao longo das décadas. Nos países restantes, o PIB per capita estava estagnado ou em constante queda.

Ao passo em que a economia desacelerava, as desigualdades são escancaradas ao redor do globo. Essas inquietações surgem para abalar ainda mais o ambiente social. Mesmo nos ditos países de primeiro mundo, que apresentavam altas taxas de transferências governamentais advindas das políticas do Estado de Bem-estar Social.³

No campo social, observa-se o surgimento de políticas de identidade. Sendo herança do que Hobsbawm (1995) chamou de revolução cultural, cada indivíduo buscava seu lugar na sociedade, mostrando suas especificidades, reivindicando direitos e lutando por diversas causas que cada vez surgiam com mais força, como a ambiental. O autor chama a atenção para as consequências disso, um individualismo cada vez maior e que, com esses grupos, as diferenças eram atenuadas, mas os conflitos se tornavam piores. É importante dizer que esse aspecto mais segregado, famílias menores, e estilos de vida diferentes aconteceu mesmo em regiões em que as práticas políticas do socialismo prevaleciam e tentava-se isolar seus cidadãos dos efeitos do dito mundo capitalista.

Como tentativa de explicar todas essas transformações, os debates de teóricos econômicos tornam-se cada vez mais acirrados e polarizados. De um lado os neoliberais, com suas políticas ultraliberais e com a exaltação do individualismo, e do outro, os keynesianos com o bem-estar social. Mesmo que os ânimos acreditassem que a conjuntura econômica fosse temporária, com a manutenção do receituário keynesiano, as políticas liberais pareciam a única saída para a recente crise. Todo esse debate estava inserido em um contexto de mudanças tecnológicas, que alterava cada vez mais o

³ De acordo com Hobsbawm (1995, p. 397), em 1972 a média dessas transferências era de 48% e passou a 51% em 1990, quando as pressões já eram perceptíveis.

caráter do desemprego, tornando-o estrutural. Além disso, um movimento pró-globalização começava a se desenhar.

É sobre este último ponto que o presente artigo busca refletir. Fruto de diversos fatores atrelados às transformações sociais, a globalização se tornou cada vez mais presente na vida dos indivíduos. Stiglitz (2002) faz um balanço dos prós e contras desse movimento que teve como guinada o chamado “Consenso de Washington”. O autor mostra como, em teoria, a globalização era posta no debate público, prometendo desenvolvimento econômico com o comércio internacional, diminuição do isolamento entre países, ajuda externa com os projetos sociais e um aumento da expectativa de vida da população. Entretanto, a forma como isso ocorreu trouxe prejuízos diversos, principalmente para países em desenvolvimento, pois gerou grandes instabilidades econômicas e aumento no número de crises.

Com intuito de compreender o processo de intensificação da globalização e suas consequências, primeiramente, apresenta-se uma discussão sobre o que Hobsbawm (1995) chama de Revolução Social e Cultural. Em seguida, discute-se o que foi o Consenso de Washington, contribuindo para o entendimento das políticas econômicas adotadas no período e como afetou os países. Logo após, discorre-se sobre os problemas da globalização como consequência dos processos discutidos anteriormente. Por fim, breves considerações finais fecham o texto.

2. REVOLUÇÃO SOCIAL E CULTURAL

No período da Era de Ouro, que durou de 1945 a 1973, de acordo com o recorte histórico dado por Hobsbawm (1995), ocorreu um conjunto de mudanças políticas e econômicas que se desenrolaram em revoluções sociais e culturais importantes. Foi um período de grandes prosperidades para o primeiro mundo, com taxas de crescimento econômico, pleno emprego e transformações no modo de vida da sociedade. O modelo fordista de produção se espalhou pelo mundo, ampliando o intercâmbio comercial entre as nações, formando um regime político, principalmente nos países centrais, combinando democracia representativa e Estado de Bem-Estar Social, garantindo pleno emprego e o acesso a bens e serviços pela população através de políticas do Estado.

Nos países do chamado terceiro mundo, as mudanças políticas se deram por meio de lutas pela libertação nacional, muitas nações se tornaram independentes nesse período. Na América Latina, aparecem diversas teorias sobre a formação nacional, em busca de autonomia política e econômica, significando participação popular na política e industrialização. A partir disso, nessas regiões, ocorreram impasses entre as ideias difundidas e as elites locais, o que deu origem, em muitos países,

a regimes militares e guerras civis, na tentativa de conter o avanço popular e as lutas por direitos trabalhistas⁴.

Essa configuração produzirá duas revoluções: uma social e outra cultural⁵. Do ponto de vista da revolução social, têm-se quatro acontecimentos marcantes: a morte do campesinato, explicado pelo processo de industrialização do campo e das cidades. Com a incorporação do fordismo como modo de trabalho, isso permitiu ao trabalhador sair do campo, portador de atividades que exigem baixa capacitação, e se incorporar à grande indústria.

Observa-se, também, uma mudança na estrutura do emprego, com o aumento da produtividade. Com essa nova complexidade industrial, cria-se empregos e novas modalidades de trabalho. Entretanto, essas ocupações exigem uma formação diferente⁶. Esse processo exigiu uma inclusão de sujeitos que não estavam presentes na universidade antes, mas que ascenderam das camadas mais baixas com o crescimento econômico desse período. Percebe-se, portanto, um aumento dos jovens nas universidades, o que, ao lado da nova estrutura do emprego, o fará agir como um ator social⁷.

Outro aspecto da chamada Revolução Social, é o declínio da classe trabalhadora. A “ilusão do fim da classe trabalhadora”, termo utilizado por Hobsbawm (1995, p. 297), é argumentada como uma questão de consciência dentro da própria classe operária. Devido à fragmentação dos trabalhadores em diversos segmentos do processo laboral e na forma de sociabilidade⁸, o protagonismo dessa classe acaba por diminuir, facilitando tal ilusão citada pelo autor. Por fim, nota-se a ascensão das mulheres como grupo político, que procuram constituir e afirmar a sua autonomia, se libertando da função de troféu do marido, com a entrada na universidade.

Em relação à Revolução Cultural, muitos aspectos também contribuirão para a mudança no modo de vida da sociedade e que, como será discutido nas seções seguintes, legitimará as ações de instituições globais e intensificarão as relações globalizadas. Um desses aspectos é o surgimento da “cultura jovem”, que se afirma em torno da ideia de autonomia, liberdade e de enfrentamento de hierarquias. Há uma busca por um consumo diferenciado de produtos, gêneros musicais e vestimentas, para aquisição de uma personalidade distinta da sua geração passada, resgatando a cultura popular. Isso ocorreu, não só por conta da tecnologia, mas do desenvolvimento pessoal, o que

⁴ Hobsbawm (1995).

⁵ Idem.

⁶ As universidades, nesse período, começam a se tornar centros de reflexões de técnicas e tecnologia.

⁷ Hobsbawm (1995).

⁸ Agora a socialização será dada no âmbito privado, com os novos meios de telecomunicações, e também com os tipos lugares que as pessoas começaram a morar.

antes envolvia laços pessoais, será, agora, desfeito na forma de contratos. Somado a essa mudança tecnológica, percebe-se uma ruptura geracional, com perda importante da memória, seja em sua própria forma, seja na forma dos diálogos entre os familiares. Desfeito tais laços, os códigos morais e as maneiras de conduta, que guiavam o sujeito até então, se perdem, alterando a estrutura familiar e auxiliando na perda de referências⁹.

Essa mudança cultural não ocorrerá somente nas camadas jovens, mas envolverá também as mulheres. O emprego não mais será um subsídio à família, mas sim uma afirmação de sua autonomia. O controle sobre seu corpo, fazendo relação aos novos métodos contraceptivos, tomará forma de uma luta para sua difusão em forma pública¹⁰.

Como visto, a “Era de Ouro” foi um período de grandes transformações em diversos âmbitos na vida em sociedade. Somado à revolução social, a perda do núcleo familiar e, com ela, a perda de referências, aguça, portanto, o esgotamento do padrão econômico do período que não conseguirá mais elevar a produção de excedentes por meio do aumento da produtividade, em termos de valor. Esses pontos levantados legitimam as políticas econômicas da década de 1970, a partir do “Consenso de Washington”, comandadas pelas instituições financeiras globais e intensificando, portanto, os efeitos da globalização.

3. CONSENSO DE WASHINGTON

O Consenso de Washington pode ser entendido como uma reunião informal entre diversas instituições globais, como FMI e Banco Mundial, para avaliar as reformas econômicas de diversos países. Não se tratou de algo deliberativo, apesar de seu formato acadêmico, mas, sim, uma oportunidade para essas entidades citadas coordenarem as ações das reformas requeridas por eles. Mesmo sendo informal, as condições ali discutidas obtiveram um caráter simbólico muito grande e tomou proporções maiores do que reuniões oficiais de órgãos multilaterais¹¹.

Como mostra Batista (2009), o valor do Consenso de Washington está nos diversos elementos oriundos do governo americano e as agências em seu comando, os já citados FMI e Banco Mundial¹². Apesar da ideologia neoliberal já ter sido apresentada de forma global, o Consenso não apresentou

⁹ Hobsbawm (1995).

¹⁰ Idem.

¹¹ Batista (2009).

¹² Apesar de serem instituições globais, o poder de voto dos EUA tem maior peso que os demais integrantes, sendo o único com poder de veto nas questões relacionadas ao FMI. Isso pode demonstrar como esse país tem comando dentro das instituições.

novas formulações, mas sim registrou o grau de efetivação dessas políticas, ficando aberto aos países a sua adoção ou não¹³.

Esse conjunto de medidas foi formulado por uma gama de países e instituições financeiras internacionais, capitaneados pelos Estados Unidos, para orientar as políticas econômicas ao redor do mundo. Essa "cartilha" foi criada por credores internacionais para que fosse possível o pagamento das dívidas externas e dos juros. Dentre as políticas sugeridas, consideradas modernizadoras, destacam-se principalmente a busca pelo enxugamento do Estado¹⁴, por meio, principalmente, de privatizações, maior autonomia dos mercados, com a abertura comercial e financeira, e o fortalecimento de políticas fiscal e monetária contracionistas¹⁵.

Esse ideário neoliberal já estava em prática em diversos governos, como o da Thatcher, na Grã-Bretanha, e Reagan, nos EUA. Entretanto, apesar de certo sucesso econômico, uma discussão intensa entre economistas de vieses opostos estava em alta. De um lado os neoliberais, com suas políticas ultraliberais e com a exaltação do individualismo, e do outro, os keynesianos com o bem-estar social. Mesmo que os ânimos acreditassem que a conjuntura econômica fosse temporária, com a manutenção do receituário keynesiano, as políticas liberais pareciam a única saída para a recente crise¹⁶. E foi, pelo que demonstram diversos autores, o que aconteceu.

Com um cenário de crises e de mudanças estruturais na sociedade, encontrava-se dificuldades em dar uma resposta ao mundo de transformações do período. Contudo, com os ganhos dos países desenvolvidos, que estavam mais ricos e produtivos do que nunca ao fim do século XX, a visão do Consenso de Washington fazia muito mais sentido e agora com uma economia global imensamente dinâmica¹⁷.

Os anseios da sociedade, que mudaram de um caráter coletivista para um individualista, foram atendidos em algum grau com essa política econômica, o que dava certa legitimidade para a nova forma de se relacionar. Afinal, como mostra Stiglitz (2002), com esse novo aspecto, tem-se a globalização, trazendo consigo melhorias nas condições materiais da sociedade. O autor cita, por

¹³ Mesmo tendo esse caráter voluntário, pode-se pensar na pressão que os países, principalmente os subdesenvolvidos, tiveram para sua adoção, já que necessitavam de financiamentos externos e quem podia financiar isso eram os países no comando das instituições.

¹⁴ O que enxergavam era uma crise do Estado, ou "falência", dada sua incapacidade de formular políticas macroeconômicas. Além disso, já não se discutia se o Estado deveria ou não ser empresário, ou se deveria monopolizar as atividades estratégicas, e sim, admitiam que o Estado já não estava mais apto a exercer as atividades de soberania nacional e também de gerir as políticas macroeconômicas (BATISTA, 2002).

¹⁵ Batista (2009).

¹⁶ Hobsbawm (1995).

¹⁷ Idem.

exemplo, a ajuda externa que financiou projetos sociais, menor sensação de isolamento com o mundo com tanta informação disponível e a melhora na expectativa de vida.

Porém, um outro lado da globalização surge. Apesar de seus ganhos sociais, o mundo passa a ser cada vez mais comandado pelas finanças. Com a revogação de Bretton Woods, com suas políticas de regulação do mercado financeiro global, em detrimento do Consenso de Washington, com abertura financeira total, Chesnais (1998) e Stiglitz (2002) argumentam como isso gerou fortes instabilidades monetárias, baixo crescimento dos países e até limitações dos governos em atuar em seus países.

É sobre esse aspecto que a próxima seção se debruça, discutindo um pouco a globalização e suas consequências.

4. GLOBALIZAÇÃO

Há décadas as populações protestam contra as instituições defensoras da globalização. Em países em desenvolvimento é comum a indignação da sociedade contra as políticas de austeridade que são impostas a ela. Entretanto, nos últimos anos, como afirma Stiglitz (2002), esse movimento vem crescendo nos países desenvolvidos. O autor indica que adolescentes de classe média estão cada vez mais engajados nos acordos feitos pelo país em sua política internacional¹⁸. Um motivo para isso, são as preocupações que a globalização trouxe ao mundo.

Esse movimento, que muitas vezes é visto com bons olhos e até possui certa conotação positiva¹⁹, trouxe diversos benefícios. Com a abertura comercial, diversos países puderam crescer rapidamente, já que o comércio internacional incentiva as exportações e isso aumenta a renda da nação. A expectativa e o padrão de vida melhoram e as condições se tornaram mais confortáveis, com a entrada de bens e serviços no país e até instalações de fábricas, em alguns casos, elevando o nível de emprego. O acesso a informações, produtos e conhecimento teve alcances enormes. Ajudas externas foram capazes de financiar projetos sociais que entregavam à população empregos, educação, saúde, entre outros²⁰. Percebe-se, então, como a vida dos indivíduos, em geral, melhorou com a chegada da globalização, pelo menos em parte.

Entretanto, mesmo com todos esses benefícios, esse movimento não foi capaz de reduzir as desigualdades no mundo e muito menos garantir a estabilidade e crescimento sustentado que seus

¹⁸ Esse movimento está relacionado com os acontecimentos ocorridos nos anos 1970 citados por Hobsbawm (1995).

¹⁹ Autores como Chesnais (1998) preferem o uso do termo “mundialização do capital” ou “mundialização financeira”, justamente para diferenciar esse aspecto positivo que a palavra traz consigo.

²⁰ Stiglitz (2002).

apoiadores fervorosos prometeram²¹. Os motivos para isso são muitos, mas neste estudo foca-se nos aspectos da globalização financeira.

Desde a revogação do sistema de Bretton Woods, notou-se um acirramento da liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais. Dá-se, então, a gênese do que Chesnais (1998) chamou de mundialização financeira. A dinâmica do capital começa a se modificar, subordinando as esferas produtivas da economia ao capital fictício.

Essa forma de agir transformará completamente a economia mundial, visto que há uma mudança no direcionamento do fluxo de capitais de todas as regiões para o mercado americano, dado o choque de juros que este provocou em de 1979. O mesmo choque levou a um aumento da dívida externa de diversos países, principalmente subdesenvolvidos, o que tirou a soberania do Estado e limitou a condução de sua política monetária²².

Somado a isso, tem-se a adoção do câmbio flexível, uma das recomendações do Consenso de Washington, que pode ser visto por duas faces. A primeira, pela formação de ganhos com a valorização ou desvalorização do câmbio, ou seja, ganhos especulativos. A segunda, pela instabilidade financeira dos resultados dos balanços comerciais dos países endividados, o que compromete a capacidade de honrar com os compromissos de seu pagamento²³.

Percebe-se, portanto, como a mudança da centralidade do capital produtivo para o financeiro abre espaço para as finanças mundiais. Ou seja, o capital do setor produtivo buscará novas formas de se valorizar e aumentar o excedente produzido pela mais-valia, e essas formas se dão no setor financeiro. Toda lógica de acumulação se baseia agora na especulação, de curto prazo, alterando, como mostra Chesnais (1998), a macrodinâmica do sistema, com dificuldade de alcançar a demanda efetiva. Não houve, no entanto, o descolamento total da esfera produtiva, já que o capital fictício necessita dele, mas sim sua autonomização²⁴.

Esse processo deu mais autoridade aos organismos financeiros internacionais estabelecidos depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo, como aponta Hobsbawm (1995), ao FMI e ao Banco Mundial. Controlados pelos grandes países capitalistas, tornaram-se cada vez mais institucionalizados e adquiriram crescente autoridade sobre os países em crise, como discutido anteriormente com o choque dos juros, à medida que estes dependiam recorrentemente de seus empréstimos. Mas sua

²¹ Idem.

²² Chesnais (1998).

²³ Idem.

²⁴ Idem.

disposição era sempre condicionada à busca de políticas que favorecessem às autoridades bancárias globais, normalmente com a ideologia neoliberal²⁵. Nesse ponto, Stiglitz (2002) argumenta que houve uma mudança nas ações das duas grandes instituições citadas anteriormente, FMI e Banco Mundial. Idealizadas por John Maynard Keynes para buscarem o pleno emprego mundial, suas políticas, na verdade, deram ênfase mais na questão de garantir que os credores estrangeiros fossem pagos, do que ajudar efetivamente os países em crise. Isso aprofundou as instabilidades globais e em efeito cascata, já que após os anos 1970, o mundo se tornou integrado, principalmente financeiramente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcado por uma época de grandes instabilidades e crises, os anos após 1970 trouxeram grandes mudanças no mundo. Perpassado por grandes transformações devido às revoluções social e cultural e pela crise que diversos países passaram, muitos teóricos, políticos, cidadãos em geral, buscavam maneiras e respostas para suas dificuldades. Como o esgotamento das políticas praticadas ao longo Era de Ouro, a intervenção estatal na economia, com o Estado de Bem-Estar social no dito primeiro mundo e políticas desenvolvimentistas ao redor do globo. Criou-se terreno para a ascensão dos ideais neoliberais.

O que se vê, a partir de então, é a implementação de diversos instrumentos que reafirmavam a superioridade do mercado sobre o Estado na economia, ao passo em que houve o fortalecimento do poder coercitivo desse. O resultado disso, como mostra Chesnais (1998), Hobsbawm (1995) e Stiglitz (2002), foi a intensificação das crises e instabilidades financeiras em efeito cascata.

Há de se considerar que, a partir da ação dos indivíduos, na mudança de seus hábitos e maneira de pensar, os fatos ocorridos nesse período, na tentativa de acalmar os anseios de todos, só pode ter sido efetivamente implementado devido à legitimidade dada a elas por esses mesmos indivíduos. A partir de um ponto de crise e um desejo coletivo de mudança de seu cenário, o mundo em que se vive hoje pode ser explicado, em parte, por essa transformação ocorrida há 50 anos atrás, cujos efeitos permanecem até hoje.

²⁵ Hobsbawm (1995).

REFERÊNCIAS

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: _____. **Paulo Nogueira: pensando o Brasil**. FUNAG, 2009. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/331-Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf

CHENAIS, F. Introdução Geral. In: ____ (org.). **A Mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998. p.11-33

HOBBSBAWM, E. J. Revolução Social 1945-90. In: _____. **Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. cap 10, p.282 - 313.

_____.Revolução Cultural. In: _____. **Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. cap 11, p.313 - 336.

_____.As Décadas de Crise. In: _____. **Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. cap 14, p.393 - 420.

STIGLITZ, Joseph E. A Promessa das Instituições Globais. In: _____. **A globalização e seus malefícios: promessa não-cumprida de benefícios globais**. 3. ed. - São Paulo: Futura, 2002. cap.1, 28-49.

_____. A Outra Agenda do FMI. In: _____. **A globalização e seus malefícios: promessa não-cumprida de benefícios globais**. 3. ed. - São Paulo: Futura, 2002. cap.8 p.238-261.